



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	14751.001240/2008-17
<b>Recurso nº</b>	516.426 Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>3101-001.067 – 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	21 de março de 2012
<b>Matéria</b>	GLOSA DE CRÉDITO - IPI
<b>Recorrente</b>	CINAP COM. IND. NORDESTINA DE ARTEFATOS DE PAPEL SA □ T
<b>Recorrida</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS**

Período de apuração: 01/01/2004 a 30/09/2004

**ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. LIMITE CONSTITUCIONAL DOS JUROS.** As autoridades administrativas não possuem competência para declarar constitucional lei ou ato legal regularmente editado, vide artigo 26-A do Decreto nº 70.235/1972 e artigo 62 do Regimento Interno do CARF. Posicionamento pacificado pela jurisprudência com a edição da Súmula nº 2 pelo CARF.

**JUROS DE MORA - TAXA SELIC - Súmula CARF nº 4:** A partir de 1º de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais.

**MULTA DE LANÇAMENTO DE OFÍCIO -** Havendo falta ou insuficiência no recolhimento do tributo, impõe-se a aplicação da multa de lançamento de ofício sobre o valor do imposto ou contribuição devido, nos termos do artigo 80 da Lei nº 4.502/64, com redação dada pelo artigo 45 da Lei nº 9.430/96.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade, em negar provimento ao recurso voluntário.

Henrique Pinheiro Torres - Presidente

Luiz Roberto Domingo - Relator

Participaram do julgamento os Conselheiros Tarásio Campelo Borges, Valdete Aparecida Marinheiro, Corintho Oliveira Machado, Vanessa Albuquerque Valente, Luiz Roberto Domingo e Henrique Pinheiro Torres (Presidente).

## Relatório

Trata-se de Auto de Infração lavrado pela glosa de créditos de IPI decorrentes de créditos considerados indevidos, quais sejam, créditos relativos a aquisição de insumos desonerados do imposto e créditos adquiridos de terceiros decorrentes do extinto “Crédito-Prêmio” de IPI.

Apresentada impugnação pela Recorrente, foram os autos levados à julgamento pela DRJ, a qual manteve a autuação e considerou improcedente a impugnação, conforme a seguinte ementa:

*ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS  
INDUSTRIALIZADOS - IPI*

*Período de apuração: 01/01/2004 a 30/09/2004*

*CREDITAMENTO "FICTION". IMPOSSIBILIDADE.*

*Não havendo previsão legal, é incabível o creditamento do IPI nas aquisições de insumos para industrialização (MP, PI e ME) desonerados do imposto, sejam eles não-tributados, isentos ou tributados à alíquota zero.*

*Impugnação Improcedente*

*Crédito Tributário Mantido*

Contra a decisão proferida pela DRJ, foi interposto Recurso Voluntário requerendo, apenas, a exclusão da multa, da taxa SELIC, bem como que os juros não sejam superiores ao Constitucionalmente permitido.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Luiz Roberto Domingo, Relator

Conheço do Recurso Voluntário por tempestivo e atender aos demais requisitos de admissibilidade.

Primeiramente, cumpre ressaltar que o objeto do presente recurso se limita à questão da incidência da multa, taxa SELIC e o limite para os juros moratórios.

Quanto às alegações de inconstitucionalidades, por expressa previsão legal<sup>1</sup>, o CARF não detém competência para apreciá-las. Nesse sentido é Súmula CARF nº 2:

*"O CARF não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária."*

Com relação a aplicabilidade da taxa SELIC como juros moratórios, a matéria está consolidada pela jurisprudência do CARF, conforme enunciado da Súmula nº 04:

*Súmula CARF nº 4: A partir de 1º de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais.*

No que respeita a exigência da multa de ofício, que a recorrente considera incabível, encontra-se a mesma prevista e quantificada expressamente em lei, descabendo à autoridade administrativa deixar de aplicá-la.

E isso porque a atividade administrativa é plenamente vinculada, consoante dispõe o Código Tributário Nacional, em seu parágrafo único do art. 142: "*A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.*"

Assim, em razão de sua obrigatoriedade e vinculação à lei, a Autoridade Administrativa lançou a multa de 75% com base no artigo 80, inciso I da Lei nº 4.502/64, com redação dada pelo artigo 45 da Lei nº 9.430/96:

<sup>1</sup> Decreto nº 70.235/72, art. 26:

"Art. 26-A. No âmbito do processo administrativo fiscal, fica vedado aos órgãos de julgamento afastar a aplicação ou deixar de observar tratado, acordo internacional, lei ou decreto, sob fundamento de inconstitucionalidade.

(...)

§ 6º O disposto no caput deste artigo não se aplica aos casos de tratado, acordo internacional, lei ou ato normativo:

I – que já tenha sido declarado inconstitucional por decisão definitiva plenária do Supremo Tribunal Federal;  
II – que fundamente crédito tributário objeto de:

a) dispensa legal de constituição ou de ato declaratório do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, na forma dos arts. 18 e 19 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002;

b) súmula da Advocacia-Geral da União, na forma do art. 43 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; ou

c) pareceres do Advogado-Geral da União aprovados pelo Presidente da República, na forma do art. 40 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993."

Art. 62 do regimento interno do CARF

"Art. 62. Fica vedado aos membros das turmas de julgamento do CARF afastar a aplicação ou deixar de observar tratado, acordo internacional, lei ou decreto, sob fundamento de inconstitucionalidade.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos casos de tratado, acordo internacional, lei ou ato normativo:

I - que já tenha sido declarado inconstitucional por decisão plenária definitiva do Supremo Tribunal Federal; ou  
II - que fundamente crédito tributário objeto de:

a) dispensa legal de constituição ou de ato declaratório do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, na forma dos arts. 18 e 19 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002;

b) súmula da Advocacia-Geral da União, na forma do art. 43 da Lei Complementar nº 73, de 1993; ou

c) parecer do Advogado-Geral da União aprovado pelo Presidente da República, na forma do art. 40 da Lei Complementar nº 73, de 1993."

*Art. 80. A falta de lançamento do valor, total ou parcial, do imposto sobre produtos industrializados na respectiva nota fiscal, a falta de recolhimento do imposto lançado ou o recolhimento após vencido o prazo, sem o acréscimo de multa moratória, sujeitará o contribuinte às seguintes multas de ofício: (Redação dada pela Lei nº 9.430, de 1996) (Vide Mpv nº 303, de 2006) (Vide Medida Provisória nº 351, de 2007)*

*I - setenta e cinco por cento do valor do imposto que deixou de ser lançado ou recolhido ou que houver sido recolhido após o vencimento do prazo sem o acréscimo de multa moratória; (Redação dada pela Lei nº 9.430, de 1996)*

(...)

Atualmente, o dispositivo está disciplinado nos seguintes termos:

*Art. 80. A falta de lançamento do valor, total ou parcial, do imposto sobre produtos industrializados na respectiva nota fiscal ou a falta de recolhimento do imposto lançado sujeitará o contribuinte à multa de ofício de 75% (setenta e cinco por cento) do valor do imposto que deixou de ser lançado ou recolhido.*

*I - (revogado);*

(...)

Como visto, todo e qualquer lançamento “ex officio” decorrente da falta ou insuficiência do recolhimento do imposto deve ser acompanhado da exigência da multa. Tendo a fiscalização apurado insuficiência no pagamento do imposto, caracterizada está a infração, e, sobre o valor do tributo ainda devido, é cabível a multa prevista no art. 80 da Lei nº 44, I, da Lei nº 4.502/64.

O confisco, como limitação ao poder de tributar do legislador ordinário, estabelecido na Constituição Federal, art. 150, IV, refere-se a tributo e não às penalidades por infrações que são distintos entre si, por definição legal.

Pelo exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso voluntário.

Luiz Roberto Domingo